



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC nº 1.615/12

Objeto: Licitação

Órgão – Prefeitura Municipal de Pocinhos

Licitação – Tomada de Preços nº 001/2011 –  
Julga-se regular. Determina-se o  
arquivamento do processo.

**ACÓRDÃO AC1 – TC – 1.681/2012**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Processo TC nº 01.615/12, referente à licitação Nº 001/2012, na modalidade Tomada de Preços, realizada pela Prefeitura Municipal de Pocinhos, objetivando a contratação de empresa de construção civil para execução dos serviços de construção de uma escola com quatro salas, situada na comunidade Malhada do Rio, na Zona rural daquele município, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade com a declaração de impedimento do Conselheiro Umberto Silveira Porto, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em:

- 1) **JULGAR REGULAR** a Licitação de que se trata;
- 2) **DETERMINAR** o arquivamento dos autos.

Presente ao Julgamento o representante do Ministério Público.  
**TC – Sala das Sessões da 1ª Câmara - Plenário Adailton Coelho Costa**

João Pessoa, 02 de agosto de 2012.

*Cons. Arthur Paredes Cunha Lima*  
**PRESIDENTE**

*Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho*  
**RELATOR**

Fui presente

**REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

Processo TC nº 01.615/12

### RELATÓRIO

Trata o presente processo do exame de legalidade da licitação nº 001/2012, na modalidade Tomada de Preços, realizada pela Prefeitura Municipal de Pocinhos, objetivando a contratação de empresa de construção civil para execução dos serviços de construção de uma escola com quatro salas, situada na comunidade Malhada do Rio, na Zona rural daquele município

O valor total foi da ordem de R\$ 214.434,18, tendo sido licitante vencedora a empresa LIMEIRA & AMORIM SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO LTDA.

De conformidade com parecer oferecido pelo órgão de instrução, foram observados os requisitos legais e normativos aplicáveis ao procedimento, verificando-se que os preços contratados se encontravam compatíveis com os praticados no mercado, razão pela qual não foi o processo previamente examinado pelo Ministério Público Especial

É o relatório.

### VOTO

Considerando as conclusões a que chegou a equipe técnica, bem assim o parecer oferecido pelo Ministério Público Especial, voto para que os Srs. Conselheiros membros da **Iª Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba**:

- I) JULGUEM REGULAR a Licitação sob exame;
- II) DETERMINEM o arquivamento dos autos.

É o voto!

*Cons. Subst. Antônio Gomes Vieira Filho*  
**Relator**